

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.715 - RS (2019/0294547-2)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
YARA NASARIO - RS014162
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : EMERSON DOS SANTOS RODRIGUES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

EMERSON DOS SANTOS RODRIGUES alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul** no Agravo em Execução n. 0144441-06.2019.8.21.7000.

Depreende-se dos autos que o Juiz reconheceu a prática de falta grave pelo paciente, consistente em agressões contra agentes penitenciários e policiais militares. O Magistrado, conseqüentemente, determinou a perda de 1/3 dos dias remidos, a regressão para o regime fechado e a alteração da data-base para o dia do cometimento da falta para aquisição de futuros benefícios.

A Corte local, ao analisar o recurso de agravo em execução, deu parcial provimento ao recurso, tão somente para limitar a alteração da data-base à futura progressão de regime.

Nas razões deste *mandamus*, a defesa aponta as seguintes ilegalidades: a) não configuração da falta grave; b) ilegalidade da alteração da data-base para benefícios por falta grave; c) perda dos dias remidos e d) ilegalidade na regressão do regime.

Requer o afastamento da falta grave e de seus consectários.

Decido.

I. Contextualização

Superior Tribunal de Justiça

Conforme dito, o ora paciente praticou falta grave, razão pela qual o Juízo da execução homologou o procedimento disciplinar instaurado e reconheceu a falta praticada, com seus consectários legais.

Irresignada, a defesa interpôs agravo em execução penal, que foi desprovido, conforme ementa a seguir transcrita:

AGRAVO EM EXECUÇÃO (ARTIGO 197. DA LEP).
FALTA GRAVE {SUBVERSÃO A ORDEM).
CONSECTÁRIOS LEGAIS. INCONFORMISMO
DEFENSIVO.

Efetivamente configurada a falta grave prevista no artigo 50. inciso I, da LEP, uma vez que, através dos imagens capturadas nas câmeras de segurança, o apenado teria sido Identificado com um dos envolvidos no ato de subversão à ordem, consistente em depredação de objetos e arremesso de pedras contra agentes e policiais.

Reconhecida a falta, Impositiva a aplicação dos consectários legais, sendo eles, no caso, a regressão de regime, a alteração da data-base, limitada à futura progressão e a perda de até 1/3 de dias remidos, o qual se justifica dadas as circunstâncias do caso concreto.

AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO (fl. 165, destaquei).

II. Reconhecimento da falta grave

Dispõe o artigo 50, VII, da Lei de Execução Penal que:

Art. 50 - Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que:

[...]

I - incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina;

Quanto às provas produzidas, que levaram ao reconhecimento das faltas graves, foram esses os fundamentos apresentados pelo Tribunal de origem:

Do que se extrai dos autos, tem-se que Emerson dos

Superior Tribunal de Justiça

Santos Rodrigues cumpre a pena total de 20 (vinte) anos e 02 (dois) meses de reclusão, estando atualmente em regime fechado, tendo iniciado o cumprimento de sua reprimenda em 09DEZ2013, com término previsto para 21MAR2032.

No curso da execução de sua pena, sobreveio informação de que o ora agravante, juntamente com outros apenados, teria se envolvido na prática de falta grave, ao praticar atos de agressão contra agentes penitenciários e militares. O apenado, ao ser ouvido, disse que não teve envolvimento nos fatos, referindo que teria permanecido no banheiro do pátio.

Contudo, sua versão mostra-se isolada nos autos, uma vez que, através das **imagens captadas por câmeras de segurança, foi realizado o reconhecimento do apenado como um dos envolvidos no episódio**. Ainda, o agente Mailon afirma que foi feito o reconhecimento dos indivíduos que teriam participado da depredação do patrimônio e dos ameaços contra os agentes.

Diante destes elementos, o juízo *a quo* homologou o PAD nº 12196/2017 e reconheceu a prática de falta grave, por infringência ao disposto no artigo 50, inciso I, da LEP, aplicando os consectários legais consistentes em regressão de regime, alteração da data-base e a perda de 1/3 de dias remidos (fls. 167-168, destaquei).

Da leitura do excerto transcrito, verifico que as instâncias ordinárias, **após cuidadoso exame dos autos e com base no princípio do livre convencimento motivado**, consideraram que haveria prova suficiente acerca da falta cometida pelo apenado, diante dos relatos dos agentes e das imagens captadas das câmeras de segurança. Logo, conclusão em sentido diverso implicaria **revolvimento do suporte fático-probatório delineado nos autos, procedimento vedado pela via estreita do habeas corpus**. Ilustrativamente:

EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. FALTA GRAVE. DESOBEDIÊNCIA AOS AGENTES PENITENCIÁRIOS. CONFIGURAÇÃO: ART. 50, VI, C/C ART. 39, II E V, DA LEP. APURAÇÃO MEDIANTE REGULAR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. AUSÊNCIA DE OITIVA JUDICIAL DO SENTENCIADO. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AOS

PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO. PERDA DOS DIAS REMIDOS NO PERCENTUAL MÁXIMO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Consolidou-se nesta Corte Superior de Justiça entendimento no sentido de que a desobediência aos agentes penitenciários se constitui em falta grave, a teor do art. 50, VI, c/c o art. 39, II e V, ambos da Lei de Execuções Penais.

[...]

4. **Impende registrar, ainda, que o habeas corpus não é a via adequada para apreciar o pedido de absolvição/desclassificação da falta grave, tendo em vista que, para se desconstituir o decidido pelas instâncias ordinárias, mostra-se necessário o reexame aprofundado dos fatos e provas constantes dos autos da execução, procedimento vedado pelos estreitos limites do remédio heróico, caracterizado pelo rito célere e por não admitir dilação probatória.**

5. Por fim, o cometimento de falta de natureza especialmente grave acarreta a perda dos dias remidos no percentual máximo. Precedentes deste Tribunal.

(AgRg no HC n. 440.695/SP, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, 5ª T., DJe 12/6/2018, grifei)

III. Consectários do reconhecimento da falta grave

No que diz respeito aos consectários decorrentes do reconhecimento da falta grave, ressalte-se que a Lei de Execução Penal estipula como um dos seus vetores o mérito do apenado, cuja avaliação se realiza a partir do cumprimento de seus deveres (art. 39), da disciplina praticada dentro do estabelecimento prisional (art. 44) e, por óbvio, do comportamento observado quando em gozo dos benefícios previstos na aludida norma de regência, quais sejam, o trabalho externo (arts. 36 a 37), as saídas temporárias (arts. 122 a 125), o livramento condicional (art. 131), a progressão de regime (art. 112), a anistia e o indulto (arts. 187 a 193).

Inserido nesse escopo, a configuração da falta de natureza grave enseja vários efeitos (LEP, art. 48, parágrafo único), entre eles: a possibilidade de colocação do sentenciado em regime disciplinar diferenciado (LEP, art. 56); a interrupção do lapso para a aquisição de outros instrumentos ressocializantes, como, por exemplo, a progressão para regime menos gravoso (LEP, art. 112); a regressão no caso do cumprimento da pena em regime diverso do fechado (LEP, art. 118), além da revogação em até 1/3

do tempo remido (LEP, art. 127).

A temática **já foi enfrentada pela Terceira Seção** desta colenda Corte Nacional, que, ao julgar os **EREsp n. 1.176.486/SP**, sedimentou a orientação de que **a prática de falta grave resulta em novo marco interruptivo para concessão de novos benefícios, exceto indulto, comutação e livramento condicional**.

Com efeito, não há que se falar em desproporcionalidade da sanção aplicada, tampouco em ilegalidade no reconhecimento da falta grave e na alteração da data-base para a concessão de benefícios (salvo livramento condicional, comutação e indulto).

Quanto à perda dos dias remidos, o Tribunal estadual manteve a fração de 1/3, haja vista a "**gravidade dos fatos envolvendo o apenado, o qual teria participado de movimento subversivo à ordem, atentando contra a integridade física de agentes penitenciários e policiais**" (fl. 170, destaquei).

Está justificada, portanto, a aplicação da sanção disciplinar no patamar de 1/3, haja vista a **natureza**, as **circunstâncias** e as **consequências** da falta, cuja gravidade está objetivamente caracterizada, em comparação com outras modalidades de infrações disciplinares. Ilustrativamente:

1. É assente a jurisprudência desta Corte no sentido de que o cometimento de falta disciplinar de natureza grave implica a perda de até 1/3 (um terço) dos dias remidos, nos termos do art. 127 da Lei de Execução Penal. No caso, o tribunal de origem, ao determinar a perda de 1/3 (um terço) dos dias remidos, fundamentou a escolha do patamar, à luz das diretrizes do art. 57 da Lei de Execuções Penais, em especial, a natureza e as circunstâncias do fato.

(AgRg no HC n. 398.003/SC, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, 6ª T., DJe 15/8/2017).

IV. Dispositivo

À vista do exposto, **denego a ordem, in limine**.

Publique-se e intemem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

